

PPP

NORMAS DE DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO, PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS E SOCIO-ECONÔMICOS COMO DETERMINANTES DA ORIGEM DO RIO GRANDE DO SUL

JORGE LUIZ SUSINI¹

1 – INTRODUÇÃO

A substituição do *homo ferus* pelo *homo sapiens* multiplicou as variáveis interferidoras na dinâmica social. A fenomenologia da convivência humana adquiriu extensão e complexidade. A participação, intervenção e inquietude do homem em todas as dimensões de sua existência abriram em sua volta leque fundamental de realidades: natural, social, cultural e virtual.

A análise metódica e sistemática da realidade gerada pelo convívio ensejou a estruturação de diversos ramos do conhecimento científico correspondente. Todos eles mantêm entre si, por lógico, vínculos, semelhanças e até zonas comuns. Há, via de conseqüência, peculiaridades a propiciar entrelaçamento vigoroso entre os fatos históricos, sociológicos e econômicos. A visão histórica autêntica, ou seja, interpretativa do evento singular repercutivo no meio social já cimentada no ontem, abraça o sociológico e o econômico. A busca da causa imediata e mediata do acontecimento e o exame dos seus efeitos tange, forçosamente, antecedentes e conseqüentes de ordem sociológica e ou econômica. Ou, também, política.

A síntese formulada pela Filosofia da História traduz uma cosmovisão que possibilita projeção credenciada a respeito do encadeamento aos novos rumos da Humanidade. O protagonista da História é o homem coletivo. Em sociedade. Seu comportamento no pretérito é o sujeito ontológico na tessitura da historicidade. A tarefa do historiógrafo permite a interpretação. A fase interpretativa apresenta, contudo, duas faces: uma, usada no transcorrer do processo de elaboração e, a segunda, operada sobre o produto, isto é, em cima do material já elaborado. Esta última, em geral, eivada de subjetivismo e direcionada por algum centro de interesse leva a distorções brutais. A que mais se exhibe através de programas de televisão.

A promoção de determinada região do país, do Rio Grande do Sul ou de outro Estado da Federação segue técnicas idênticas às de venda de qualquer produto. O escopo é o produzir, lançar, fortalecer e credenciar uma imagem frente ao consumidor em potencial. Dados históricos manipulados são com freqüência e, inclusive, se imperioso, socorre-se até de pseudo-história. Notou-

* Graduado em Filosofia e em Direito pela PUC-RS; educador na cidade do Rio Grande; professor fundador da Faculdade de Direito Clóvis Bevilacqua e professor aposentado do Departamento de Ciências Jurídicas da FURG, agraciado com o título universitário de Professor Emérito da FURG.

se, durante a década passada, forte preocupação generalizada dos meios oficiais e não oficiais de rotular a região missioneira de pólo de surgimento do Rio Grande do Sul. Autoridades estaduais, de todos os níveis, em solenidades públicas e, notadamente, por meio dos veículos de comunicação de massa enfatizam, de forma constante, esse enfoque supervalorizando, quanto ao aspecto de pioneirismo histórico, a região situada no âmbito noroeste da fronteira gizada pelo Rio Uruguai. Escolas da rede estadual e municipal (entre esta a de Pelotas, por incrível que pareça), adotam livros e firmam ensinamento de serem as bandas do Rio Uruguai o berço do nosso Estado. A figura do índio missioneiro Sepé Tiarajú neles aparece ocupando imenso espaço, a ponto de fazer larga sombra sobre todos os vultos que, em verdade, são responsáveis pela formação do Rio Grande do Sul e pela integração do seu território.

Comportamento igual, manifestado foi por alguns candidatos ao governo do Estado, durante o primeiro turno da campanha eleitoral da década de oitenta. Ocorre que tais pronunciamentos não condizem com a verdade histórica. E, em decorrência, inadmissível a oficialização do falso, do aparente, do proposadamente manipulado, a propagação de erronias gritantes, pelo silêncio. Pela aceitação tácita. Pelo indiferentismo. Enfim, covardia de enfrentar o erro.

Edward H. Carr, historiador britânico, a respeito do estabelecimento de relações de causa e efeito, afirma: *nenhum acontecimento importante, na vida diária ou no processo histórico, é produto de uma única causa. Provavelmente existem várias causas de diferentes níveis e o investigador terá de separar aquela causa ou causas que lhe pareçam significativas das causas incidentais e triviais.*

No caso presente, toda atenção deve ser concentrada nas linhas evolutivas traçadas por Portugal e Espanha em certa faixa do tempo. O Tratado de Tordesilhas (1494) não se presta, por insuficiente, para marco de partida da investigação. O século XI assinalou grande modificação na Europa. A expansão urbana e o ressurgimento do comércio substituíram a economia medieval agrícola, de pura subsistência, por economia monetária que culminou na Revolução Comercial a eclodir em cheio nos séculos XV e XVI. Outro fator interveniente de suma importância a ampliar o quadro de causas fortemente atuantes, foram as Cruzadas (1095/1270), cujas expedições finais transformaram-se em empreendimentos de natureza econômica.

As transformações originadas pela Revolução Comercial corporificaram-se nos efeitos: a) aparecimento de nova classe social, a Burguesia Comercial, composta por comerciantes, banqueiros e armadores; b) centralização do poder político na Realeza; c) extinção do sistema feudal e o surgimento dos Estados Nacionais; d) facilitação do comércio interno e externo, através da garantia de práticas uniformes; e) reforma do ordenamento jurídico quanto à obrigações tributárias e à criação de normatização relativa à moeda, em função dos interesses da nova classe dominante; f) intensificação do comércio marítimo entre os portos mediterrâneos; g) fim do isolamento da Europa imposto pela dominação árabe; h) contatos com civilizações africanas e asiáticas localizadas na orla do Mar Mediterrâneo.

As reações em cadeia a caracterizar os fatos sociais tendem ao infinito. Assim, o que era efeito passa a ser causa. A contar do século XII os navios

genoveses e venezianos sulcam as águas mediterrâneas e se multiplicam as caravanas de mercadores dessas duas cidades hoje italianas, pelo interior do Norte da África e da Ásia (Índia e China), estabelecendo-se, desta forma, rota de comércio altamente rentável, próspera e geradora de trabalho e riqueza a todos a ela vinculados. O ciclo do Mediterrâneo com suas rotas comerciais entre o ocidente e o oriente, plasmou a Pré-revolução Comercial que viabilizou a transição da economia estática e adversa ao lucro do final de Idade Média, para o dinamismo do regime capitalista adolescente dos séculos das grandes navegações e dos grandes descobrimentos (XV/XVI).

A marcha da Humanidade não pode ser figurada por uma reta contínua. Resistências apresentam-se no trajeto. Às vezes, recuos para, depois, nova arrancada. Em 1453, os turcos conquistaram o Império Romano Oriental. Constantinopla, principal empório de produtos asiáticos, restou em mãos otomanas. O comércio internacional, antes fonte inexaurível de riquezas, entrou em linha decrescente. Esvaiu-se a hegemonia mediterrânea ante o domínio turco de sua ala oriental.

O regime capitalista tem, no lucro, seu fim próprio. A convicção da continuidade da ação lucrativa se radica na expansão cada vez maior do mercado. O *plus* capitalizado em crescendo sem oposição alguma infunde segurança e dá poder. A busca do poder gera um estado de efervescência, de paixão avassaladora que o sistema em si mesmo contém e desencadeia. Essa paixão não respeita fronteiras, princípios éticos ou religiosos; bandeiras ou ideologias. É a Ideologia *Mater* que tende absorver as demais. Não basta a si mesma dentro do círculo que se traçou como também, jamais revelou-se autofágica. Sem possibilidades de novos espaços, cria conflitos. A força do capital represado procurou derrubar as barreiras e os diques que a situação internacional impunha ao continente europeu: o domínio turco e o monopólio comercial exercido por Gênova e Veneza no Mediterrâneo central. Daí, a procura de novos caminhos para solucionar o impasse. Portugal, por um conjunto de motivos, foi o caminho.

2 – BULAS PONTIFÍCIAS E TRATADOS.

Portugal foi pioneiro nos descobrimentos marítimos. Assimilação perfeita de tradição de domínio da arte náutica, a ter início em meados do século XIV. Exercício pleno da vocação natural de nação voltada para o mar. De 1.415 até a façanha de Vasco da Gama atingindo as Índias, em 1.488, grande parte da costa ocidental africana, a contar de Ceuta até o extremo sul, incluindo as ilhas a ela paralelas, passou ao domínio luso. Iniciado destarte, o ciclo da navegação atlântica.

Os feitos portugueses, no entanto, não resultaram do acaso. De simples espírito aventureiro. Ou de alguma razão única, isolada. O esforço conjugado da Coroa, dos mercadores, da nobreza, da Igreja Católica e da burguesia nascente deu margem à formação de robusta estrutura. Além disso, nenhum Estado, à época, alinhava, como Portugal, circunstâncias tão favoráveis e exploradas com eficiência. O espírito cívico, a coragem e a inteligência se agruparam para a elaboração de táticas que, no campo prático, refletiram uma estratégia exitosa.

A Espanha, desestruturada com a presença dos mouros, seguiu o exemplo português somente no início da última década do século XV quando, valendo-se da experiência e idéias defendidas pelo genovês Cristóvão Colombo, fez-se ao mar em busca das Índias, em 1.492. Tomando por base a esfericidade do planeta- tese ainda sujeita à confirmação experimental naquele tempo – as navegações espanholas tinham por objetivo chegar ao *levante por el poniente* (leste pelo oeste), segundo o plano do cosmógrafo florentino Paolo Toscanelli. O acalentado sonho de Colombo de descobrir o caminho marítimo para o Oriente através do contorno do globo terrestre, transformou-se em realidade por meio da expedição de Fernão de Magalhães, português a serviço da Espanha, e Sebastião del Cano (1.519/1.522).

A longa e difícil viagem de três anos e um mês não trouxe resultados compensadores para os Reis Católicos. O trajeto luso mostrou ser, de fato, o mais curto, menos árido e economicamente mais rentável. No entanto, as conseqüências indiretas da execução do esquema do genovês, sem dúvida, superaram os prejuízos econômicos da viagem pelos três oceanos. A área territorial alcançada pelos navegadores a serviço da Espanha, no período de 1492 a 1.541, constituiu o maior império já registrado pela História. A pátria de Cervantes mantinha territórios em todos os continentes da época.

Esses importantes eventos determinaram, de imediato, no cenário mundial: a) o confronto entre duas grandes potências emergentes; b) a disputa pela hegemonia ou pela garantia jurídica de espaços definidos para o exercício do livre comércio nas terras descobertas; c) o reconhecimento da posse sobre as regiões continentais e Insulares (Américas, África e Ásia) assinaladas com as Armas das Coroas de Portugal e Espanha; d) o posicionamento oficial da Igreja Romana; e) reflexos diretos ou indiretos, porém incisivos, sobre outros Estados em formação, como o inglês, o francês e o holandês.

A Igreja encarou com profundo interesse e bastante simpatia o dealbar da expansão lusa. O avanço de Portugal sobre o mundo conhecido e o descortinar de outros totalmente desconhecidos, implicava no recuo dos *infieis* otomanos da península ibérica, do Mediterrâneo, de parte da África ocidental e, ao mesmo tempo, a propagação da fé cristã pelos rincões do planeta. Era, em verdade, o espírito do cruzadismo em ação permanente acoplada, não obstante, ao interesse comercial de uma Realeza centralizada e forte. Explica-se, assim, o lançamento nas páginas da História:

Portugal solicitara ao Papa a doação perpétua das terras que os portugueses descobrissem ao longo da costa ocidental africana, o que lhe foi concedido, desde 1.443, pelas Bulas de Eugênio IV e Calixto III, em 1.454. As Bulas seriam, como foram, posteriormente, ratificadas pelo Tratado de Alcaçovas, assinado entre Afonso V, Fernando e Isabel de Espanha. Por esse tratado, NÃO SÓ a costa africana, como todas as ilhas descobertas ou que se descobrissem no Atlântico (com exceção das Canárias, descobertas por Portugal e, depois, cedidas à Espanha) pertenceriam à Coroa Portuguesa.

Aconteceu que, após a primeira etapa das descobertas espanholas que abrangiam as Antilhas (América Central), a Igreja, desconstituindo as Bulas

anteriores e o Tratado de Alcaçovas, publica a *Bula Intercoetera* (1.493). Esse importante, surpreendente e polêmico ato da lavra do Papa Alexandre VI (Rodrigo Bórgia, cidadão espanhol), tomava por marco o arquipélago de Cabo Verde, no Atlântico, situado à altura do centro da proeminência da costa ocidental da África (hoje, mais ou menos na linha da fronteira do Senegal com Mauritânia). A partir daí, contavam-se cem léguas para o oeste onde, então, traçado era um meridiano de pólo a pólo. Todas as terras descobertas ou por descobrir situadas a oeste desse ponto de referência, pertenciam ou pertenceriam à Espanha. As localizadas a leste, caberiam a Portugal. Alexandre VI, com a responsabilidade de autoridade suprema da Igreja Católica Romana oficializou, a favor da Espanha, sua pátria, todas as três Américas, ilhas e arquipélagos do Oceano Pacífico e tudo o mais que existisse dentro da imensidão da calota ocidental proposta. A Bula Intercoetera resultou resposta da Igreja aos veementes protestos portugueses, face à expansão espanhola que invadira seus domínios já assegurados por Decretos Papais e Tratado Internacional vigentes. De fato, além de anular as Bulas anteriores, esse Decreto concedeu aos espanhóis os mesmos direitos que haviam sido dados aos lusos, há 50 anos passados. Portugal não aceitou a divisão por entender injusta, arbitrária e ilegal. As duas grandes potências evitaram o confronto bélico pela saída diplomática. Reunidos na cidade de Tordesilhas, os Comissários Régios decidiram, em síntese, alterar as dimensões da Bula Intercoetera. As cem léguas foram ampliadas para 370 alargando, assim, a distância onde o novo meridiano deveria ser levantado. Passou a vigir, aos sete de junho de 1.494, o Tratado de Tordesilhas. O mundo foi dividido em dois hemisférios. Todo o Rio Grande do Sul, oeste do Paraná e de Santa Catarina pertenciam à Espanha, seis anos antes da descoberta do Brasil.

3 – RIO GRANDE DE SÃO PEDRO: PRESENÇA NO MUNDO DESDE: 1.534.

Por mais se propague nas Universidades que o Direito tem por fim a Justiça, desde as mais remotas eras a realidade existencial humana direciona o Direito como tutela do interesse. A ordem jurídica universal não resolve, até hoje, o antagonismo intrínseco real ou aparente entre polaridades básicas: o real e o ideal. O Direito Positivo e o Direito Natural. O ser e o dever-ser. A lei de ontem desconstituída é hoje para, amanhã, ser, por outra, derogada. A evolução do homem e da sociedade, ao influxo do interesse, do poder e da força constituem, para a eficácia do Direito, um desafio permanente. Aí, a vulnerabilidade da ordem jurídica positiva.

Portugal e Espanha prosseguiram com suas expedições a procura das riquezas do Oriente, não obstante atritos e ressentimentos. Fazer justiça através das incertezas de uma guerra, era inconveniente e perigoso para a classe que bancava, de ambos os lados, os empreendimentos marítimos. Risco por risco, muito mais lógico e razoável assumir o de um Tratado que abria amplas possibilidades às partes, eis que, de fato, existiam terras nas duas direções.

Inglaterra, França e Holanda, países que se organizavam internamente para a conquista dos mares e de regiões desconhecidas, não reconheceram o

Tratado. A Igreja, com o Papa Júlio II, somente o reconheceu em 1.506. Confirmou os direitos e privilégios de Portugal para seus descobrimentos.

Vasco da Gama, ao efetuar a primeira ligação direta por mar entre a Europa Ocidental e os países marítimos do Oriente, atingindo Calicute, na costa oeste da Índia, em 1.498, assinalou: a) Vitória portuguesa indiscutível na maior competição a que se propuseram as nações do primeiro mundo da época; b) Confirmação total de uma tese que se transformara em plano de Estado a envolver questões de ordem geográfica, náutica, cartográfica, econômica, antropológica e cultural, com potencialidade evidente de revirar a face do planeta e alterar o modo de vida dos povos; c) Passo inicial para a formação do Império Colonial de incalculáveis proporções, cuja efetivação operou-se, logo depois, com Afonso de Albuquerque que, *pelo domínio da passagem do Mar Vermelho em direção à Europa, com o que conseguiu o monopólio dos produtos orientais, alcançou a costa da China (1.520), foi recebido em Pequim e chegou ao Japão (1.542)*; d) Caráter existencial do *Navegar é preciso*. Navegar importava mais que viver. Materializava o acesso aos metais preciosos da África, cana de açúcar, escravos e, inclusive, às especiarias, pedras preciosas e artigos de luxo do Oriente, a ampliar as fontes de renda do Estado, da burguesia comercial e da nobreza. Além disso, dilatava a Fé e o Império; e) Constatação de sinais seguros da existência de terras a oeste de sua rota de retorno à Europa, em 1.499, como registrado no Diário de Navegação. A Capitulação da Partição do Mar Oceano, como era conhecido o Tratado de Tordesilhas, com a presença de terras pelo leste da linha, assegurava a Portugal oportunidade de mais lucros. Talvez iguais ou superiores aos 6.000% que o carregamento de pimenta do Oriente havia proporcionado.

A Espanha, para tirar maior proveito da linha de demarcação, enviou muitas expedições às Índias Ocidentais, nome dado ao continente americano, que imaginava ser continuação das Índias Orientais. O território brasileiro, na metade de 1.499, foi alvo dessas incursões. Alonso de Hojeda ou Ojeda, em companhia de Américo Vespucci, cosmógrafo reputado, percorreu a costa das Guianas até o Rio Oiapoque. Na volta para Europa, chegou ao Rio Grande do Norte. Vicente Pinzon, em janeiro de 1500, avistou o cabo Branco, dando-lhe denominação. Deixou sinais de ocupação na costa norte. Observou, por primeiro, a pororoca. Batizou o Amazonas de Mar Dulce. Tomou escravos. Todavia, não fez valer seus direitos de posse. As terras descobertas pertenciam ao domínio luso. Ojeda, Pinzon e Diego de Lepe, na verdade, não ocuparam pedaço algum dos locais descobertos e visitados. A Espanha mostrou-se fiel cumpridora do Tratado.

As recomendações firmes de Vasco da Gama e as incursões espanholas, forçaram modificação nas diretrizes de D.Manoel. A partida da poderosa armada de 19 navios sob o comando de Pedro A. Cabral sofreu antecipação com ordens expressas e severas de afastamento máximo da costa africana. A execução integral do determinado pela Coroa redundou na descoberta oficial do Brasil às 15:00 horas p.m. de 22 de abril de 1500 e, logo após, assegurado o domínio das Índias pelo poder militar.

A Espanha consolidou, também, considerável Império que, na prática, se

estendia a todos os continentes: Flórida, México, toda América Central e do Sul, com exceção do Brasil confinado aos limites do Tratado em vigor, ilhas na costa africana e Filipinas, na Ásia. Supremacia absoluta das duas potências ibéricas sobre oceanos, mares, regiões continentais e insulares e povos do mundo, no século X V.

A fixação do Império Colonial do Oriente e a posse oficial do Brasil não trouxeram apenas glórias, poder e lucros. Oportunizaram desafios, problemas e dilemas. A forma de atuar dos espanhóis nas terras conquistadas diferia da portuguesa. Os lusos permaneciam no litoral. Os castelhanos penetravam no território em busca de riquezas. O ouro e a prata oriundos do México e do Perú, determinaram a hegemonia da Espanha na Europa, via economia monetarista em excesso, a inflacionar os preços de maneira violenta. Essas diferenças marcantes na estruturação organizacional do comércio colonial carregavam prejuízos para Portugal, que não estava só no topo do mundo. Tinha um acompanhante inseparável e forte na Europa, na América do Sul, como no Oriente. O Brasil, na ótica dos interesses mercantilistas, apareceu *mais como um obstáculo do que propriamente como uma conquista vantajosa para o Reino e para os setores mercantis a ele vinculados*.

Por outro lado, as incertezas quanto aos dados fornecidos pelos astrônomos, cartógrafos e demais especialistas a respeito do ponto exato do limite-sul do Tratado, em terras brasileiras, impediam tomada de rumos fundamentados. Ignorava-se a extensão sul e oeste das terras encontradas.

Entre prosseguir na exploração do comércio com o Oriente ou constatar, experimentalmente, a amplitude exata do Tratado reconhecendo passo a passo as terras recém descobertas, Portugal resolveu trilhar os dois caminhos simultaneamente. Cabral seguiu para as Índias no cumprimento da segunda etapa de sua missão. Foram organizadas sucessivas expedições de 1501/1530, destinadas ao vistoriamento da costa, as protetoras contra os invasores e as colonizadoras.

Os esforços dos navegadores das duas nações, no que tange ao primeiro objetivo, acusaram: a) Descoberta do Rio da Prata. Não indicava o fim do continente nem dava acesso ao mar. Mas, encarado foi de importância estratégica; b) Caminho para o Pacífico a muitas milhas do estuário desse rio.

A Coroa portuguesa convenceu-se de que o Rio da Prata marcava o extremo da linha demarcatória. Em função disso cogitou de estabelecer pontos de apoio na costa brasileira e fundar uma colônia vigorosa à margem esquerda do mesmo. A Martim Afonso de Sousa foi confiado o comando de esquadra de cinco navios e 400 homens. Pedro Lopes de Sousa, seu irmão, encarregado do Diário da Expedição. Missão: tomar posse de todo o território até a linha demarcada. Demarcar. Dirigir a colônia. Conceder terras, sesmarias e capitânicas vitalícias. Riograndino da Costa e Silva, escreve a respeito¹:

Mesmo a grande e arrojada empresa levada a efeito por Martim Afonso de Sousa, em 1531, e que infelizmente malogrou por completo à altura do Chuí, por todas as circunstâncias adversas que a caracterizaram, teve como resultado final que o experimentado nauta luso não pudesse *ficar nas plagas da Província do Rio Grande, onde o lançou de si o próprio mar*. Ficou para a posteridade informação

¹SILVA. Riograndino da Costa; *Notas à Margem da História do Rio Grande do Sul*, ?, p. 25

autêntica sobre as terras próximas do *grande rio, a barra, o canal, a lagoa, animais de terra, o pescado e as delícias do ambiente*, assim definido pelo escrivão da esquadra, ao declarar: *não se pode dizer nem escrever as coisas deste rio e as bondades dele e da terra. De Pero Lopes de Sousa lhe veio o nome.*

Rio Grande de São Pedro figurou, pela vez primeira, em carta geográfica do cartógrafo Gaspar Viegas, em 1.534, quando se fez presente no mundo.

4 – FORTUNA DO MAR.

O alinhamento sucessivo e ordenado dos atos humanos no fluir do tempo com incidência no espaço sociogeográfico internacional, nacional, regional ou local, constitui tarefa importante a integrar a atividade do cientista da História. J. Van Den Besselaar, in *Introdução aos Estudos Históricos*, menciona a necessidade da conjugação dos fatores passageiros permanentes, influência dos caprichos do destino, irreversibilidade do tempo físico e o mistério do tempo psicológico, que cria situações concretas individuais e/ou coletivas, no labor do analista. A análise histórica, sob procedimento científico, exige polivalência do operador. Através dele, a visão do sociólogo, de economista, do geopolítico, do jurista, do psicólogo de massas e do estrategista. A pesquisa das causas profundas de um fato em meio ao emaranhado de eventos perdidos nas estratificações do tempo produz desafio. É o grande fascínio da História.

A expedição que lançou o Rio Grande como ente geográfico na passarela do mundo, guarda um elenco de causas bastante diferentes do apontado pela história permitida, superficial e convinável: a) A política econômica de D. Manuel, o Venturoso, mercantilista, corporificada num metabolismo obcecado, entendia imprescindível o controle militar do Rio da Prata, presumido como acesso natural às jazidas de metais preciosos que enriqueceram a Espanha. O rio de Solis ensejaria a penetração no continente; b) A determinação expressa no sentido de impor o domínio comercial e marítimo lusitano no litoral de Malabar (no Sudoeste da Índia) para livrar-se dos intermediários árabes, itálicos e judeus, colocou 1.200 homens a serviço do Estado, da nobreza e da burguesia comercial. O controle do porto de Calicute, centro de troca das especiarias orientais, inflou, em demasia, o quadro da despesa da máquina estatal; c) Na ânsia de auferir mais lucros, D. Manuel I estabeleceu o monopólio estatal sobre o comércio das especiarias, com a criação da Casa da Índia, que afugentou de todo a iniciativa privada. Enfraqueceu a burguesia. A renda da empresa puramente mercantil transferiu-se para a decadente nobreza feudal encastelada na burocracia do governo. A aliança que impulsionara as Grandes Navegações, no dizer dos analistas, restou desfeita, renunciando a decadência do Império Português; d) Portugal, embora continuasse a manter o monopólio régio com o Oriente, pois continuava sendo o único comprador das especiarias, já não mais controlava a distribuição das mesmas na Europa. Motivo: a distribuição era feita na praça de Antuérpia, em virtude do endividamento luso cada vez maior para com banqueiros de Flandres (região hoje absorvida pela França, Bélgica e Holanda), para fazer frente aos elevados custos que a manutenção do monopólio comportava:

despesas militares, pagamento de pessoal, construção de navios, armamentos, manutenção de feitorias, contratação de técnicos, viagens constantes por expedições caríssimas, etc. Os maiores lucros do comércio exterior estavam sendo canalizados para fora do País. A dívida externa tragava o fruto do trabalho interno, exclusivamente à base de comércio monopolista estatal ao além-mar, altamente oneroso; e) A França, recomposta dos efeitos desastrosos da Guerra dos Cem Anos, passou a armar expedições privadas. Os navios das empresas particulares e os dos piratas percorriam o litoral brasileiro em procura das vantagens do comércio com a *ibirapitanga* (pau-brasil), ameaçando o domínio português; f) Os resultados admitidos como favoráveis da primeira concessão que o monopólio estatal da madeira tintoral fez, sob forma de arrendamento, com mercadores portugueses e itálicos liderados pelo cristão novo (judeu convertido ao catolicismo) Fernão de Noronha (corruptela de La Coruña, aportuguesado em Noronha), pelo prazo de três anos (1.502/05), prorrogado por mais sete. Deles derivaram: expedição exploradora de 1503, primeira Capitania Hereditária (hoje arquipélago de Fernão de Noronha, primeira Entrada ao interior em busca de pedras e metais valiosos e início de atividade econômica na terra nova com os *brasileiros*, comerciantes da matéria-prima nas manufaturas têxteis da Europa; g) Crise profunda do comércio na Índia, a partir de 127, Reinado de D. João III, face à forte concorrência de Holanda e Inglaterra; h) Capitulação ou Tratado de Saragoça (distorção de caesaraugusta), em 1529. As Molucas, na Indonésia, pertenciam a Portugal desde 1.512, por ocupação. E as Filipinas, pelo Tratado de Tordesilhas. A Espanha, descumprindo esse Tratado, se apossou do arquipélago das Molucas por volta de 1521. D. João III, o Piedoso, sem condições de enfrentar os *terços* de Carlos V, alia-se à Espanha. Compra as ilhas por 350 mil ducados que, pelo Tratado referido e mais posse contínua por nove anos já de sua propriedade e, em troca, recebe promessa formal da Espanha de comprometer-se a proibir viagens para a Ásia através do Atlântico Sul, garantindo a hegemonia portuguesa sobre essa área.

O Estado absolutista lusitano não possuía outra alternativa senão assegurar o controle sobre o Brasil por meio de colonização efetiva e, por certo, respaldada em planos de atividades produtivas. Daí, a expedição de Martim Afonso de Sousa (1530/32), com inúmeras missões básicas. Entre elas, a dominação e colonização, inclusive, de todo o litoral sul, até o Rio da Prata e a confecção de mapa da costa brasileira.

Todos os objetivos traçados pela Coroa foram alcançados pelo fidalgo-estadista, investido de plenos e extraordinários poderes. Capturou corsários e destruiu feitorias francesas. Fincou padrões de posse lusitana no litoral norte, ligeiramente ultrapassando o traçado tordesilhano, para oeste. Colheu informações importantes com Caramurú e Francisco Chaves. Ordenou Entradas em busca de ouro. Contatos amistosos com os indígenas. Distribuiu sementes. Construiu, no Rio de Janeiro, dois navios para explorar o Rio da Prata. Possibilitou o traçado da Carta geográfica de Viegas (1534), na qual figura o Rio Grande com a indicação de SAM Pº que, no dizer de J. P. Calógeras, *resultou desse esforço, ainda hoje a merecer a atenção e respeito, como primeira tentativa de esboço do contorno aproximadamente verdadeiro* do novo

país. Lançou padrões às margens do Rio da Prata, avançando muito para o ocidente, tendo plantado divisa entre Buenos Aires e Santa Fé atuais. Penetrou nos rios Paraná e Uruguai, gesto inicial para a renovação das discussões fronteiriças.

Pero Lopes de Sousa, irmão e Imediato do comandante da esquadra, aqui esteve. Percorreu o canal de ligação entre a Laguna dos Patos e o oceano. Examinou a terra. Precisou a posição astronômica da barra. Admirou o verde da pastagem. Degustou o sabor dos peixes. Salientou a sanidade do ar e da água, a ponto de impedir o apodrecimento do pescado. Deu nome ao local.

Pronto o cenário para o integral cumprimento do restante das ordens expressas do Rei, de quem Martim Afonso merecia absoluta confiança: instalação de feitoria e de um povoado em local próximo. Todavia, o Capitão Mor descumpriu as determinações reais. Não levantou feitoria à margem do Rio da Prata nem fundou povoação em local cerca, como cobertura logística, fazendo-o bem mais acima, em São Vicente e Piratininga, respectivamente, as duas primeiras colônias regulares do Brasil.

A lembrança da costa borrascosa, dos vagalhões a varrer o convés da nau capitânea, do naufrágio e da sua salvação preso a uma tábua, jamais desapareceu da memória do fidalgo humanista.

Rio Grande perdeu oportunidade ímpar de constituir-se na primeira colônia oficial do país, em 1532. Não procedem os pretextos escudados nas conclusões dos estudos astronômicos realizados na Ilha das Palmas, frente à Punta de Leste, de que todas as terras pertenciam à Espanha, pelo Tratado já mencionado, eis que, Martim Afonso, ao zarpar de Lisboa, aos 03.12.1530, tinha ciência da assinatura da Capitulação de Saragoça, em 22.04.1529, que reconheceu aos lusos hegemonia na área do Prata. Igualmente, as alegações de que o Conselho de Oficiais deliberara o abandono imediato do sul. A humilhação profunda do nauta pelo mar rejeitado e a vaidade ferida do Almirante, proporcionaram à cidade do Rio Grande um atraso de 206 anos em sua formação. E tudo devido a uma decisão pessoal sob o impacto da Fortuna do Mar.

5 – REDUÇÕES JESUÍTICAS: GUAIRA E TAPE.

De 1534 a 1549, a colonização do Brasil prosseguiu sob o sistema das Capitânicas Hereditárias. A experiência colhida nas ilhas da Madeira e Açores acusou resultados vantajosos. Forçoso dizer que a Coroa não encontrou outro meio para atrair à nova terra parte dos emigrantes e investidores portugueses com perspectiva de enriquecimento rápido. O modelo introduzido, sob o ponto de vista sócio-econômico, continha mescla de ingredientes feudelistas com capitalistas e, do ângulo jurídico, contrato de arrendamento com enfi-teuse embutida. Felizmente não vingou. Como afirmam à unanimidade os analistas, se tivesse alcançado sucesso, as capitânicas teriam fracionado o Brasil em inúmeras republiquetas. O fenômeno maior da colonização lusa – a unidade nacional – jamais se teria verificado.

A implantação respeitou o traçado tordesilhano. Por Carta Régia de 01.09.1534, o quinhão mais meridional, denominado Terra de Sant'Ana, coube a Pero Lopes de Sousa que, após 1532, jamais retornou ao Brasil. Começava, ao

norte, na baía de Paranaguá até o limite sul no rio Mampituba, mais ou menos na atual divisa entre S. Catarina e Rio Grande do Sul Não chegou a ser colonizada pelo donatário. Anexada foi à Coroa. Daí o nome de Capitania d'El Rei. De direito, portanto, o Rio Grande, como o atual Estado do Rio Grande do Sul, permanecia, como permaneceu sob a bandeira de Castela. Oficialmente, contudo, nenhuma das duas nações ibéricas, nos próximos cem anos (1532/1632), demonstrou sinal de interesse pela região. Arthur Ferreira Filho, *in História Geral do Rio Grande do Sul (1503/1957)*, esclarece:

Depois de 1532, por mais de um século, nenhum empreendimento que mereça registro foi levado à margem do rio da Prata, por iniciativa da metrópole. A corte portuguesa, atribulada com as conquistas do Oriente, que, se por um lado produziam grandes riquezas, por outro exauriam as forças humanas da nacionalidade, não pode prestar a devida atenção às formosas campanhas cisplatinas. Por sua vez, os espanhóis que ali tentaram firmar pé, foram logo repelidos pelos Charruas, belicosos dominadores da região. A lembrança de Solis, morto com seus companheiros ao desembarcar próximo à ilha Martim Garcia, era uma advertência trágica. Apenas alguns brasileiros perlongaram a costa, de Santa Catarina para o sul e depois, remontando às águas do Jacuí, entraram em comércio com os ameríndios do interior rio-grandense².

Se, no cenário local e regional não surgiu evento digno de nota, o mesmo se não pode referir ao nacional e internacional. Assim: a) Reflexos preocupantes na política e economia portuguesas dos Tribunais da Inquisição. Perseguição aos judeus e cristãos-novos fugidos da Espanha e aos nascidos em Portugal (1533); b) Fundação da Companhia de Jesus ou Ordem dos Jesuítas, por Inácio de Loiola, ex-militar espanhol (1534); c) Estabelecimento do Poder Central. Fundação de Salvador, a 1ª capital. Desembarque, no Brasil, dos seis primeiros padres jesuítas que vieram à América (1549); d) Criação do Bispado de Salvador, o 1º da América Latina (1551); e) Problemas sociais gerados pela escravidão vermelha e negra, levantados pela oposição frontal dos evangelizadores jesuítas (1533); f) Introdução de cabeças de gado bovino no Paraguai, campanhas da margem esquerda dos rios Paraná e da Prata, pelos irmãos Góis provocando, mais tarde, o surgimento da atividade primeira do Rio Grande do Sul: a gaderia e seus derivados (1555); g) Invasão do litoral brasileiro por franceses e holandeses. Fundação de S. Paulo e Rio de Janeiro. Episódio marcante da Invencível Armada de Felipe II, objetivando a conquista da Inglaterra. Portugal, por motivos sucessórios monárquicos, entrou em crise e Felipe II, da Espanha, é proclamado rei. O Brasil, como todas as colônias lusas, passou para o domínio castelhano (1580). Ativação das Entradas e início das Bandeiras. Reforma Protestante e a Contra reforma (Concílio de Trento) e a Bula *Regimini Militantis Ecclesiae*.

Em plena União Ibérica (1584), D. Francisco Vitória, dominicano, 1º bispo de Tucuman, cidade argentina fundada em 1563, com jurisdição sobre toda a área onde hoje se situa o território paraguaio, fez chamada geral dos jesuítas. O Provincial do Perú enviou três religiosos e o do Brasil, Pe. Anchieta, liberou

² FERREIRA FILHO, Artur; *História Geral do Rio Grande do Sul (1503/1957)*;

cinco. A concentração dos padres apresentava objetivos diversos: abrir escolas, fundar povoações, aldear os índios em Reduções e assisti-los em matéria de fé e de saúde na região de Assunção e na compreendida pelas margens do rio Paraná. Em conseqüência do trabalho dos missionários surgiram: Residência no povoado de Vila Rica (Paraguai 1590), colégio na cidade de Assunção (1593) e, em 1602, aldeamento indígena no centro fixo denominado Guaira (cascata, catarata, zona dos grandes saltos paranaenses), na margem esquerda do rio Paraná, norte do rio Uruguai, parte ocidental dos Estados atuais do Paraná e Santa Catarina. Os jesuítas de Guaira, cumprindo ordens expressas de Felipe II, rei da Espanha e Portugal, trataram de reunir os índios guaranis em aldeias chamadas Reduções. Autorizados foram pelo governador e pelo bispo de Assunção a organizá-los com *independência de jurisdição de qualquer cidade, podendo opor-se, em nome de S. Majestade, a quem quer que, sob qualquer pretexto que fosse, tentasse sujeitar os novos cristãos ao peso de serviços pessoais*. A liberalidade provinha de ato firmado por Felipe II, em 1605, concedendo liberdade aos indígenas. Mais tarde por ele revogado, diante da forte pressão dos colonos espanhóis e portugueses, o que marcou intensificação da caça ao índio como força de trabalho indispensável à economia das colônias.

As Reduções se multiplicaram em pouco tempo. No território de Tatim (sul de Mato Grosso do Sul hoje), Loreto e S. Inácio, no atual Estado do Paraná. Em terras rio-grandenses de agora, pelo noroeste, o Padre Roque Gonzales de Santa Cruz, jesuíta nascido no Paraguai, fundou, em 1626, na região do Tape, a Redução de São Nicolau. Até 1634 apareceram mais dezoito a abranger vasta área entrecortada por sete rios.

Durante o período que Portugal permaneceu sob o domínio espanhol (1580/1640), a linha de Tordesilhas perdeu significação. Havia um único Estado soberano e possuidor de todas as terras: o castelhano. O Padre Luís Gonzaga Jaeger, S. J., in *Enciclopédia Rio-grandense*, Volume I, relata:

Logo após a morte do Padre Roque veio chegando aos poucos o primeiro reforço de missionários, desalojados do celebrado Guaira, onde o terrível predador português Antônio Raposo Tavares arrasara onze florescentes reduções já meio civilizadas, arrastando cerca de sessenta mil índios cristãos aos mercados de escravos de São Paulo, Rio e Pernambuco. Alguns dos padres vindos do Guaira, associados aos vários outros europeus, penetraram com redobrado esforço na terra dos Tapes, entre os graus 28 e 30 de Latitude Sul. Desta maneira foram surgindo sucessivamente no sertão rio-grandense novos núcleos, como São Carlos (entre Cruz Alta e Carazinho), São Miguel (a primitiva), São Tomé, São José Natividade e São Cosme e São Damião, todos localizados nos municípios que se estendem desde Alegrete até Santa Maria. Levadas a feliz termo essas fundações, galgaram a serra, onde criaram a povoação dos Apóstolos (perto de Ijuí), e Santa Teresa (nas imediações de Passo Fundo), mais tarde transferidas para a divisa de Palmeira, Cruz Alta e Carazinho. Logo a seguir, achando-se bem dispostos os índios da banda esquerda do Jacuí, fizeram surgir Santana, Jesus-Maria e São Cristóvão, nos atuais municípios da Cachoeira do Sul, Rio Pardo e Santa Cruz do Sul. Essa notável obra foi levada a efeito por um punhado de

audazes e abnegados sacerdotes no brevíssimo lapso de 1631 a 1634³.

Como se viu, de 1629/1631, as reduções no Guaira foram aniquiladas. Os paulistas tomaram posse da região que se incorporou ao território português/brasileiro. Os jesuítas espanhóis Montoia, Mola, Maceta, Mansilla e Tanho gravaram nome na história na façanha do aniquilamento de todas as missões do oeste dos atuais Estados de São Paulo e Paraná. A derrubada das dezoito reduções no Tape teve início em 1636 e término em 1641, com a batalha rotulada de fluvial de Mabororé, na qual os então já militarizados guaranis, embora muito tardiamente, conseguiram conter a fúria paulistana. Possível foi, por seu resultado, preservar cerca de doze mil de um total aproximado de duzentos mil índios convertidos. Concluídas assim, as duas primeiras etapas do ciclo espanhol da catequese jesuítica no sul do país, à época – não se pode olvidar – de inteiro domínio espanhol. A terceira e última do ciclo leva o nome de Sete Povos das Missões.

6 – OS SETE POVOS DAS MISSÕES.

A tarefa de formação dos Sete Povos das Missões teve início em 1682, exatamente quarenta e um anos após a destruição das dezoito Reduções do Tape. Os primeiros a empreenderem a volta foram os de São Borja que, em 1682, se fixaram na banda esquerda do Rio Uruguai, conforme relata Luís Gonzaga Jaeger, S.J. Em 1687, foi a vez de São Nicolau, ocupando novamente o antigo povoado. Os abundantes cedros das imediações propiciaram rápida restauração. No mesmo ano retornaram os miguelistas. Estabeleceram-se no *ponto em que hoje se admira as ruínas do grandioso templo do mesmo nome*. A reconstrução de São Miguel não se operou, portanto, no local da primitiva. São Luiz Gonzaga restou fundada no local atual, também em 1687. São Lourenço apareceu em 1690. O Padre Antônio Sepp, do Tirol, recebeu incumbência de organizar a Redução de São João Batista, face ao excesso de habitantes em São Miguel. O sexto agregado missionário tornou-se apto ao ensino de variadas artes mecânicas em 1697. O sétimo e último ocorreu em 1706, no lugar onde assenta hoje a cidade de Santo Ângelo. A Companhia de Jesus, até a metade do século XVIII, montou um conjunto de trinta povoações. Destas, nos diz *Missões passado, presente e futuro*, sete localizaram-se no atual território brasileiro, quinze no argentino e oito no paraguaio. Todas estas terras, porém, *pertenciam à Espanha, na época*. A Segunda e a última etapa do ciclo jesuítico espanhol na parte mais meridional da América Latina apresentou, ao longo de cento e vinte e sete anos, três momentos distintos: a) 1641/1682: período de espera de condições favoráveis para a restauração de Reduções na margem esquerda do Rio Uruguai. Esse compasso de espera verificou-se em zona situada à margem direita do mesmo rio, por oferecer maior segurança; b) 1682/1706: fase de recuperação e montagem de novos núcleos nos territórios hoje brasileiro, argentino e paraguaio; c) 1706/1768: lapso de pleno e efetivo exercício da obra educativa e catequética da Companhia de Jesus.

³ JAEGER, Padre Luís Gonzaga S. J., *Enciclopédia Rio-grandense*, Volume I,

Os Jesuítas, sob rígida disciplina militar, seguiam os objetivos do Estado (Poder temporal a que estavam sujeitos), os da Igreja e os da própria Companhia. Assim os Sete Povos das Missões têm razão-de-ser em função do contingente humano foragido de Guaira, dos remanescentes das dezoito Reduções destruídas na região do Tape, das qualidades do terreno que se encaixavam nos padrões de escolha estatuídos pelos padres estrategistas e, finalmente, para servir de cunha de expansão de um cordão de Reduções das margens do Rio Uruguai até as praias do Atlântico, segundo os planos da Companhia.

A Espanha, através desse meio de colonização indireta, porém, com maior poder de consolidação, no sentido de dentro para fora, manteria o domínio e controle de todo o Rio da Prata, desde o Perú, Bolívia, Paraguai, Argentina, Uruguai e mais o atual Estado do Rio Grande do Sul, no sentido oeste/leste, num autêntico corredor em direção ao Atlântico.

O Rio Grande, que já figurava em carta internacional desde 1534, seria o alvo dessa incursão lenta, mas sólida, rumo ao porto marítimo e transoceânico seguro. A linha de disposição das dezoito Reduções desbaratadas confirma o sentido e o alcance do plano que, em 1641, sofreu interrupção pela ação dos bandeirantes. Portugal, em 1680, estabelecendo-se no Rio da Prata com a fundação da Colônia do Sacramento, Antecipou-se no afã de impedir o avanço espanhol, o que foi definitivamente alcançado com êxito em 1737, com a fundação do Rio Grande.

As Reduções dos Sete Povos e as vinte e três restantes situadas em zonas mesopotâmicas, viveram razoavelmente em paz durante quase nove décadas corridas, em virtude da intensificação da escravidão negra. Os negros, por razões de ordens diversas, eram mais resistentes às lides pesadas, afeitos ao trabalho braçal e, psicologicamente, adaptados já à vida escrava. Além da normalização do tráfico de escravos com a África, em 1640, os bandeirantes estavam mais interessados na exploração do minério no Brasil Central (zona das Gerais). Era mais cômodo e menos problemático caçar animais do que índios. As Vacarias, del Mar e dos Pinhais, divisões dos rebanhos abandonados, eram alvo de presa fácil para abastecimento (vacum) e transporte (muar) de minério nas regiões alterosas das Minas Gerais.

A indolência do índio tape-guarani dificultou a atividade educativa dos padres. A preguiça inata e a imprevidência tornaram-se obstáculos difíceis de superar. A criação de gado vacum e cavalos, a pesca pelos rios e a música agradavam os selvagens. O exercício dessas tarefas atuou como chamariz. Em menos de dez anos de trabalho os campos da Vacaria dos Pinhais mantinham cerca de meio milhão de reses para o consumo normal dos trinta mil habitantes dos Sete Povos. Os lagunenses ou paulistas descobriram as estâncias e deram início à pilhagem. Os pupilos dos religiosos desenvolveram a agricultura por meio do cultivo da mandioca, do trigo, do milho, da cana de açúcar, da batata, de legumes e de frutas diversas, inclusive a uva. Destacaram-se nas chamadas artes mecânicas. Desenvolveram com rara habilidade trabalhos de funileiro, carpinteiro, ferreiro, tecelão de panos de lã e algodão, tipógrafo, impressor, fundidor de ferro e de outros metais com que fabricavam artefatos diversos. Entre eles, sinos de igreja, instrumentos musicais de sopro e objetos de

cerâmica. No que respeita às belas artes deixaram obras elogiáveis de escultura estatutuária, joalheria, desenho e cópia de livros, sob a orientação do Padre José Brasanelli, escultor e arquiteto. Insuperáveis no domínio de instrumentos musicais. Instruídos pelo Padre Sigismundo Aperger, os índios serviam como enfermeiros dedicados nos hospitais instalados na região. Indicam os documentos que, por volta de 1700, os padres e os índios, com recursos próprios da época e do local, extraíram ferro da pedra chamada itacurú que, submetido à elevada temperatura, transformou-se em aço de boa qualidade. O ferro coloca os Sete Povos como pioneiros, no Brasil, no campo de siderurgia.

Destaca-se a construção do templo de São Miguel, cujas ruínas são conservadas desde 1938, pelo Irmão romano, arquiteto João Batista Primoli, auxiliado por mão de obra indígena, mil operários, realizou-se no prazo de dez anos. Atualmente, por ato da ONU, constitui patrimônio da humanidade, desde 1983.

Sebastião José de Carvalho e Melo, Conde de Oeiras, depois Marquês de Pombal, a partir de 1770, tornou-se Primeiro Ministro à época do reinado de D. José I, Rei de Portugal. O onipotente Ministro perseguiu e expulsou os Jesuítas de Portugal e Colônias em 1759, por simples decreto. Clemente XIII, Papa reinante, exigiu julgamento para os exilados e presos. Como resposta, Pombal expulsou o Núncio Apostólico, rompeu com Roma e intimou a saída de Portugal a todos os súditos dos Estados Pontifícios, em 1760. Logo a seguir, Pombal uniu seus esforços às Cortes de Paris, Madri e Nápoles no sentido de que os respectivos governos expulsassem os membros da Companhia de Jesus de seus territórios e Colônias. A França, por influência de Choiseul, seguiu o exemplo de Pombal em 1764. O hábil político Aranda conseguiu convencer o Rei Carlos III e a Ordem foi expulsa da Espanha, em 1768, o mesmo ocorrendo no Reino de Nápoles, em decorrência das artimanhas de Tanucci. O orgulho de Pombal não tinha limites. Continuou a pressionar a Santa Sé, a fim de obter a supressão dos Jesuítas em todo o mundo, como meio de combater a Igreja Romana. Clemente XIV resistiu por quatro anos. Obrigado a ceder, suprimiu a Companhia de Jesus em 1773. Marcou o fim da civilização jesuítica-guarani. O texto pertence a um historiador jesuíta:

Diga-se das Missões Guaraníticas o que se quiser. Uma coisa ,entretanto, é inconteste :que um punhado de missionários, ordinariamente dois para cada Redução, homens inteligentes e abnegados, conseguiram criar no meio do Rio Grande do Sul um pequeno éden, onde cerca de trinta mil ameríndios, pouco antes bugres boçais e degenerados, viviam satisfeitos, prometendo para o porvir transformar-se numa maravilha de civilização sul-americana. Mas estava escrito que esse formoso vergel fosse varrido desapidadamente da Campanha e da Serra rio-grandense pelo tremendo vendaval que na Segunda metade do século XVIII assolou o mundo cristão, expulsando da América todos os missionários jesuítas e levando, em 1773, à extinção a própria Ordem da Companhia de Jesus. Os infelizes Tapes e Guaranis caíram na mais desolada orfandade. Sem pais, sem guias, dispersaram-se, recaíram nos vícios, embruteceram, desaparecendo também eles da face do Rio Grande. Deixaram apenas algumas ruínas, mudas testemunhas de um grande passado que não volta mais.

O registro contém, é evidente, impropriedades de caráter científico. Notadamente sob o ponto de vista lógico e histórico-crítico. Ao historiador

defeso é inverter ou transplantar as faces do tempo. No espaço presente – que é – não é permitido, ao reconstituir o passado – que foi- com conteúdos do presente que inexistiram no ontem. Antes de 19.02.1.737, sentido não havia para menção de Rio Grande do Sul ou terras rio-grandenses. Válido, isto sim, referir-se a território espanhol, ou seja, largo espaço físico sob o domínio da Espanha. Mencionar Rio Grande do Sul castelhano antes da invasão de Ceballos (Zevallos), iniciada em outubro de 1762, com a capitulação sucessiva da Colônia do Sacramento (29.10.1762), Forte de Santa Teresa (abril de 1773), Forte São Miguel, no Chuí (23.04.1773) e, finalmente, na madrugada de 24 de abril de 1773, a vila do Rio Grande e São José do Norte, é usar de excessiva liberalidade de expressão que, além de ensejar confusão, assinala erro grave por ilogicidade. O que no ontem não era, poderá vir a ser no hoje ou amanhã. Todavia, a recíproca não é verdadeira. O tempo não dá volta para trás, como se diz no linguajar gaudério. Ressalvado esse particular, o contexto tem substância. A saga das Missões representa grande prova de amor humano. São, de fato, *mais de cento e cinqüenta ano de civilização e história, cultura e epopéia, que não podem e não devem ficar no ostracismo*. Um passado de imenso valor na linha de avaliação da conduta do homem em benefício do próprio homem relegado à margem dos caminhos. Contudo, um passado que jamais terá regresso. Formidável potencial cultural, mas que, no entanto, tem de render-se à positividade imperativa dos fatos. O poder da Cultura não é absoluto. Submete-se, incondicionalmente, à força da verdade histórica que se tem mostrado inabalável e implacável em seus segredos e mistérios. O historiador cientista é forçado, muitas vezes, a subsidiar-se dos recursos do historiador filósofo.

7 – O POVOAMENTO.

O povoamento português/brasileiro do território de domínio oficialmente espanhol, situado entre Laguna de hoje (ao Norte), até o Rio da Prata (ao Sul), onde localiza-se a atual cidade de Colônia (República Oriental do Uruguai), adentrando-se um pouco além da banda ocidental da Lagoa dos Patos, efetivou-se em função dos fatores: a) Ciclo Jesuítico Português; b) Concessões oficiais do governo de Madri de largas extensões de terras a portugueses; c) Licença em favor da burguesia comercial lusa para estabelecer-se no Prata (Buenos Aires) e comerciar; d) Incursões dos Bandeirantes; e) Ação dos Tropeiros; f) Fundação da Colônia do Santíssimo Sacramento; g) Fundação do Presídio do Rio Grande.

O Ciclo Jesuítico Português caracterizou-se por cinco arremetidas que tiveram início em 1605 e término em 1640. Objetivos: evangelizar os índios Carijós, Arachãs, Patos e estabelecer a Missão dos Patos. Procedência: Redução de Santos e Rio de Janeiro. Locais de atuação: zona do Mambituba, Torres, prolongando-se pelas cercanias dos Rios Tramandaí e Gravataí. Resultado: pequenos êxitos efêmeros. Nenhuma marca duradoura. Motivos: falta de apoio estatal e das autoridades da Província do Brasil. Hostilidade ferrenha dos Bandeirantes escravagistas oriundos da São Vicente, Cananéia, São Paulo e

Santos. J. Pandiá Calógeras em sua *Formação Histórica do Brasil*, quanto aos sessenta anos de dominação castelhana, reportando-se a Felipe II, esclarece:

Nesse carácter, na América do Sul se tornou senhor do continente inteiro, como dono das antigas colônias espanholas, e das portuguesas herdadas agora. Trouxe tal fato conseqüências de importância máxima, na fixação do linde. A princípio, pelo menos nominalmente, Tordesilhas era a regra definidora. Já agora reinaria certa confusão, pois quer como monarca hispânico quer como rei lusitano, a totalidade da terra estava sob a soberania de Felipe. Procuraram os colonos aproveitar a situação o mais possível: levaram seus descobrimentos e caçadas cada vez mais para Oeste. Em certos casos, mesmo, o governo de Madri concedeu oficialmente largas extensões territoriais a portugueses, sem cuidar de sua situação geográfica quanto ao Tratado de 1494⁴.

Varnhagen, comentando a respeito, chega a acenar para uma espécie de MERCOSUL (Mercado Comum do Cone Sul), naquela época:

Essa união devia parecer um dom providencial, todo em seu benefício. Por meio dela desapareceriam as dúvidas e as questões, que tarde ou cedo, deveriam surgir de novo a respeito da demarcação e traçado da sua raia, segundo a linha reta designada pelo Tratado de Tordesilhas; ao passo que, vassalos do mesmo príncipe que todos os demais Estados da América do Sul, poderiam os povos do Brasil comerciar livremente com os seus vizinhos, mandando-lhes seus produtos.

A Inglaterra, mesmo com o insucesso da Invencível Armada, respeitava o poderio da Espanha. Com ela evitou, sempre, possibilidade de conflito armado. No entanto, servia-se de Portugal para desarticular e diminuir as investidas e estratégias castelhanas e impedir seus avanços comerciais e militares. Quase sempre estiveram os ingleses à sombra dos cometimentos portugueses.

De autoria de Sandra J. Pasavento, em *História do Rio Grande do Sul*, a passagem:

A partir do fim do Domínio Espanhol, Portugal teve seu Império Colonial reduzido e voltou-se para o Brasil, base de sua sustentação principal do Reino. O Império português sofreu perdas no Oriente e na África face às concessões feitas a holandeses e ingleses. Objetivando lucrar mais com a exploração de sua colônia, voltou-se para áreas ainda não exploradas, como o extremo-sul. Em especial, a zona do Prata apresentava-se como principal foco de atrações. Em Buenos Aires os portugueses já haviam lançado suas bases desde o início do Domínio Espanhol, quando a burguesia comercial lusa, em recompensa por ter apoiado o candidato espanhol ao trono português, recebeu licença para estabelecer-se no Prata e lá comerciar (prática do asiento).

A burguesia comercial portuguesa colocava no mercado portenho as manufaturas européias – tecidos ingleses – e produtos brasileiros, como tabaco, açúcar e algodão. *Esse ativo comércio de contrabando, através do qual se recebia a prata peruana, era acobertado legalmente pelo asiento*⁵ Entende-se

⁴ CALÓGERAS, J. Pandiá, *Formação Histórica do Brasil*,

⁵ História da Sociedade Brasileira.

por *asiento* o contrato para provisão de víveres ou de artigos em geral, via escambo, entre zonas ou regiões contíguas ou limítrofes. Essa prática, com a Restauração de Portugal, em 1640, foi suprimida. Findos os sessenta anos de domínio castelhano, os portugueses passaram a ser hostilizados em Buenos Aires depois de já terem interesses consolidados na praça. Os comerciantes lusos montaram forte *lobby* junto à Coroa para que fundasse um estabelecimento português no Prata, próximo de onde estavam instalados. O propósito era o de continuar furando o monopólio espanhol na área na forma apontada. Por trás dos interesses lusos achava-se a presença britânica buscando mercados. O Bandeirantismo ou Bandeirismo guarda, na história brasileira, posição clara de força dilatadora do território. Os bandeirantes, com toda justiça *vergaram a vertical de Tordesilhas*. Com o escopo de prear índios, eles impediram a fixação em definitivo da colonização castelhana, através da ação jesuítica, desbaratando as dezoito Reduções do Tape. Todavia, eram itinerantes em tal objetivo. Não se mantinham nas regiões penetradas e exploradas. Quando, com a Vacaria del Mar, passaram à caça do gado vacum, cavalar e muar, começaram a cambiar, gradativamente, de hábitos. Destarte, muitos lançaram raízes nestas planuras e canhadas. Na interpretação de Arthur Ferreira Filho.

Os paulistas não descuraram dos interesses brasileiros no sul. Desde 1614, penetrando pela barra do Rio Grande, haviam explorado a Lagoa dos Patos, o estuário do Guaíba e o Jacuí. Entraram em amistosas relações com os Arachãs e os Tapes. Em princípio de 1635, a bandeira de Luis Dias Leme faz longa incursão pelo interior rio-grandense de hoje. Dois anos depois, surge no vale do Jacuí Raposo Tavares, à frente de numerosa tropa de mamelucos e tupis armados. Logo após, nos sertões de Lages e Vacaria, aparece Fernão Dias Paes Leme. Vigilantes e agressivos, os paulistas asseguraram para o Brasil o domínio de parte do território que compreende os três Estados meridionais⁶

Os alcantis do panorama histórico são sedimentados pela variável sociológica e esta tem realimentação, quase sempre, nos impulsos direcionados pelos interesses econômicos. Lícito é afirmar que os diversos ciclos da economia nacional, em qualquer fase, gizaram as linhas mestras da história pátria. A partir da Segunda metade do século XVII, o ciclo de açúcar inicia fase decadencial. Um outro desponta: o da mineração nas Gerais. A indústria extrativista, por natureza própria demanda concentração de massa humana. No caso das Gerais, dois fenômenos derivados se afirmam: a) Interiorização do mercado nacional; b) Alta concentração populacional heterogênea com expressivo poder aquisitivo.

Por coincidência, à mesma época, os rebanhos de gado no Sul, em Vacaria del Mar e dos Pinhais, atraíram atenção como valor econômico altamente apreciável. E para lá desceram paulistas de todos os cantos. Laguna, no extremo meridional da Capitania d'El Rei, é fundada em 1684 por Domingos de Brito Peixoto, procedente de São Paulo. Tornou-se, de imediato, foco de irradiação da investida em direção às manadas sulinas: gado xucro (cimarrón ou

⁶ Ferreira Filho, Arthur. *Op. Cit.*

chimarrão) e conduzi-lo para os centros de mineração, com estágio em Sorocaba. Os faeneros (repointadores e rinconadores das reses) e os changadores (produtores de graxa e courama), amigos dos Charruas, precederam os Tropeiros. O tropeiro, atividade a florescer nesses tempos, consistia no apresamento, condução e fornecimento de gado de gado de corte e para o transporte de minério (mulas). Era, como se infere, uma tarefa coletiva, específica a um pequeno grupo de homens adestrados, campeiros, fortemente armados, sob a liderança do tropeiro-chefe. Iniciativa de caráter particular, sem dúvida, porém, com incentivo da Coroa. Durante os séculos XVII e XVIII, o tropeiro desenvolveu-se em dois momentos: antes e depois da fundação da Colônia do Santíssimo Sacramento, e, duas linhas de incursão: a) Pela Serra; b) Pelo Litoral. Objetivos econômicos, de parte dos agentes e, políticos, pelo povoamento das terras sulinas, a contar de São Vicente até ao Prata (Colônia do Sacramento). Essa atividade, além de ter colaborado de modo decisivo na incorporação de todo o extremo sul ao restante das terras portuguesas, beneficiou, também, São Paulo, que, com a feira de Sorocaba, tornou-se o centro distribuidor desses animais. Assim, a figura do tropeiro passou a dominar a paisagem dos caminhos que conduziam às minas e a ela se ligaram grandes fortunas paulistas, no dizer das autoras de *Historia do Brasil da Colônia à República*, professoras E. Nadai e J. Neves, de São Paulo. Não é exagero afirmar-se que a pecuária, seja ela bovina, eqüina ou muar, sob o ponto de vista econômico, concorreu para a permanência de comunicações interiores entre vastas regiões do país e em todas as direções: do extremo sul ao norte e de leste a oeste, na argumentação da mesma obra. A fundação da Colônia do Santíssimo Sacramento (1680) e a do Presídio do Rio Grande (1737), pela relevância político social, jurídica, militar e econômica que tiveram, merecem enfoques à parte.

Concluindo, a vocação primeira da cidade do Rio Grande, como se infere de todo o contexto, foi de natureza MILITAR. De fato, sustentou, com firmeza, a permanência do domínio português/brasileiro no extremo sul da América. A segunda, muitos anos após, ser CENTRO PORTUÁRIO MARITIMO TRANSOCEÂNICO e, no final da Primeira Grande Guerra Mundial, POLO INDUSTRIAL ante a instalação do Frigorífico da Companhia Swift do Brasil.

